

## Docentes em luta: a greve de docentes da UESPI em 2016

Rosângela Assunção<sup>1</sup>  
Ana Paula Rocha de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** A greve foi a principal estratégia utilizada pelos docentes da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, desde 2003 quando de sua primeira paralisação por condições de trabalho, melhoria salarial e política de investimentos na universidade. Além dessa, ocorreram greves em 2004, 2008, 2011, 2012, 2016. A de 2016 se torna diferente por ter sido uma de maior adesão da comunidade universitária, estudantes, técnicos e professores abraçaram-na e foram às ruas exigir do governador o atendimento das pautas. Nesse sentido, esse movimento paredista tem uma grande relevância por ser de vários setores e ter uma maior duração (66 dias). O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de lutas, as pautas que foram levantadas, fazendo uma comparação entre o que foi pedido e o que foi conquistado e a repercussão social da greve, destacando ainda as estratégias da Associação dos Docentes da UESPI-ADCEP-SSIND para forçar uma negociação com o governo. A metodologia utilizada foi a análise crítica das atas das assembleias dos docentes; ofícios expedidos e recebidos pelo sindicato; jornais locais de circulação estadual e matérias produzidas pela assessoria de imprensa do sindicato. A greve de 2016 foi construída no ano em que a UESPI completou seus 30 anos, e, observando a história da instituição, percebe-se o quanto foi conquistado desde sua criação, e é principalmente através dos movimentos paredistas que a universidade pôde evoluir e se manter viva.

**Palavras-chave:** Greve. Sindicalismo Docente. UESPI.

**Abstract:** The strike was the main strategy used by teachers at the State University of Piauí-UESPI, since 2003 when it was first paralyzed by working conditions, salary improvements and investment policy at the university. In addition to this, strikes occurred in 2004, 2008, 2011, 2012, and 2016. The one in 2016 becomes different because it was one of the largest adherences of the university community, students, technicians and teachers embraced it and went to the streets to demand the attendance from the governor of the guidelines. In this sense, this strike has great relevance because it is from several sectors and has a longer duration (66 days). The objective of this work was to analyze the strategies of struggles, the agendas that were raised making a comparison between what was asked for and what was achieved and the social repercussion of the strike, also highlighting the strategies of the UESPI-ADCEP-SSIND Faculty Association to force a negotiation with the government. The methodology used was a critical analysis of the minutes of the teachers' meetings; letters issued and received by the union; local newspapers of state circulation and articles produced by the union's press office. The 2016 Strike was built in the year that UESPI celebrated its 30th anniversary, and observing the institution's history, it is clear how much has been achieved since its creation, and it is mainly to wall movements that the university was able to evolve and stay alive.

**Keywords:** Strike. Unionism. Teachers. UESPI.

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de História da UESPI - Campus Clóvis Moura; doutora em História Social (UFF); mestre em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: [rosangelaassuncao30@hotmail.com](mailto:rosangelaassuncao30@hotmail.com)

<sup>2</sup> Ana Paula Rocha de Oliveira; Cursando Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí, Campus Clóvis Moura; 7º bloco. E-mail: [anapaula.ro@live.com](mailto:anapaula.ro@live.com)

## **Teachers in struggle: the 2016 UESPI teachers strike**

### **Introdução**

A estratégia da greve tem sido utilizada pelo movimento sindical brasileiro desde 1917 e durante toda a década de 1920, intensificando-se nos anos 1980 e seguintes, época do novo sindicalismo, período marcado pela explosão de várias greves de trabalhadores que lutavam contra as perdas salariais ocasionadas pelo aumento da inflação e por condições dignas de trabalho e respeito às leis trabalhistas. Na década de 1990, desponta com força o movimento sindical do setor de funcionalismo público que também passava a protestar em busca de garantia de direitos.

Ainda na década de 1990, o movimento sindical teve que enfrentar a luta do projeto de lei da reforma da Previdência, quando, por ironia do destino, na década seguinte, efetivou-se a implantação durante o governo de Lula, ex-sindicalista. Esse período foi marcado por lutas pontuais no que se refere à própria organização dos sindicatos brasileiros que se ampliaram no início da administração petista em 2003 e anos seguintes em lutas contra as reformas na legislação trabalhista.

A conclusão de vários estudiosos do sindicalismo brasileiro é que a década de 1990 foi marcada pela crise no movimento provocado pela adoção da política neoliberal no Brasil (BOITO JR., 1999; ANTUNES, 2005; TRÓPIA, 2009; MATTOS, 2009a, 2009b). O que diferencia os autores são as leituras que os mesmos fizeram da trajetória do movimento sindical diante da crise, conforme o aporte teórico de cada um. Alguns deles caracterizam o período como de rendição do novo sindicalismo e de crise no modelo de luta.

O sindicalismo da década de 2000, durante as administrações de Lula à frente do executivo nacional, foi caracterizado por Galvão (2012) como um processo de reconfiguração do movimento sindical caracterizado pelo: descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo Governo Lula; a posição adotada pela CUT e pela Força Sindical diante do Governo Lula; as estratégias utilizadas pelo governo petista para envolver o movimento sindical com sua plataforma política e o fato de a legislação reconhecer e aprovar o financiamento das centrais sindicais.

No campo político, as administrações do PT vinham sendo caracterizadas como transformistas, uma vez que, para se manter no poder, o PT fez alianças com velhas

oligarquias políticas ao tempo em que implantou a agenda neoliberal nas políticas dos estados. O Estado do Piauí desde 2003 vinha sendo administrado pelo petista Wellington Dias, que exerceu duas gestões consecutivas, 2003-2006; 2006-2010, a segunda gestão foi interrompida por uma candidatura ao senado federal, da qual saiu vitorioso. Quando deixou o governo para se candidatar ao Senado, ficou à frente do estado seu vice Wilson Martins, do Partido Socialista Brasileiro-PSB. Nas eleições de 2014, concorre novamente ao governo do estado e é eleito para o seu terceiro mandato, sendo a vice-governadora do Partido Progressista, mandato de 2015 a 2018. Em todas as eleições, ganhou ainda no primeiro turno, isso graças ao seu leque de alianças nada convencionais para as antigas bandeiras do Partido dos Trabalhadores, o que prova que o Partido se transformou para governar. Foi com as administrações petistas que a ADCESP teve que negociar durante os movimentos paredistas. E em todas as greves, a relação com o governo petista foi marcada pela dificuldade de diálogo e pelo uso da força da lei para encerrar o conflito. Em 2016, a Associação docente lutava contra a proposta de Lei que visava congelar promoções funcionais e uma série de medidas que ameaçavam o Plano de Carreira dos Docentes e a própria sobrevivência da Instituição UESPI, uma vez que o quadro docente não estava completo e a Lei vedava concurso público.

Nesse texto, priorizamos o movimento paredista de 2016, que teve seu início no dia 18 de abril quando, em assembleia conjunta de docentes e técnicos, as categorias aprovaram a greve por tempo indeterminado contra o Projeto de Lei 6.772/2016, que previa mudança no Plano de Cargos, Carreira e Salário dos professores da UESPI. A Lei previa extinção de cargos, vedava a progressão, promoção e mudança de regime, ferindo assim a Lei 124/2009 que regularizou o Plano de Cargos dos professores. Esse foi o motivo imediato da deflagração do movimento. A esse fato se somou a situação salarial precária dos técnicos administrativos e dos estudantes que não tinham uma política de apoio estudantil.

Os três seguimentos se uniram e passaram a exigir de forma coletiva o atendimento de suas pautas. No trabalho nos atentamos mais especificamente às pautas dos docentes, mas, ao estudar o movimento, tratamos também das pautas dos outros grupos envolvidos, uma vez que permaneceram juntos e fizeram várias atividades para chamar a atenção do governo para suas demandas.

A greve de 2016 se torna distinta por ter sido a primeira greve conjunta dos trabalhadores da UESPI, docentes e técnicos foram as ruas exigir do governador a retirada da Lei e atendimento das pautas. Na assembleia conjunta do dia 18 de abril, houve manifestações dos professores do Campus Poeta Torquato Neto, Clóvis Moura (Teresina), Picos, Oeiras,

Campo Maior, relatando as atividades que vinham sendo feitas para mobilizar a comunidade acadêmica e exigindo a deflagração imediata da greve. Também houve manifestação de um técnico de Floriano destacando e a disposição dos técnicos em construir o movimento lá, entretanto, reforçou que teriam dificuldades em construí-la por causa da postura da direção que estava minando o movimento. Nessa assembleia houve grande participação dos estudantes, professora Lina Santana reforçou que havia mais estudantes presentes que docentes. Houve grande participação da assembleia, as falas se detiveram a análises dos efeitos da Lei para os funcionários da UESPI e posturas do governo, ao final surgiram duas propostas para serem votadas:

[...] manter o indicativo de greve por mais uma semana e, não havendo avanço, iniciar a greve após o prazo estabelecido no indicativo. Essa proposta obteve vinte e seis votos a favor. A segunda proposta, de início da greve imediatamente, foi aprovada pela maioria, com trinta e sete votos, dez contrários e três abstenções. Em seguida, procedeu-se à votação dos técnicos, com vinte e dois votos a favor e nenhum voto contrário ou abstenção [...] (ASSOCIAÇÃO..., 18 abril. 2016).

Por essa votação, podemos afirmar que foi uma assembleia bem participativa com 76 professores presentes e 22 técnicos além de boa participação dos estudantes destacada na fala da professora Lina Santana. Por aí dá para medir a disposição em construir o movimento. Nosso objetivo neste texto é a análise das estratégias de lutas, pautas que foram levantadas, fazendo-se uma comparação entre o que foi pedido e o que foi conquistado e a repercussão social do movimento paredista-

Nossa metodologia foi a análise crítica do material elencado como: Atas das assembleias do sindicato dos docentes da UESPI/ADCESP; ofícios expedidos e recebidos pelo sindicato; jornal local de circulação estadual como o Jornal *O Dia* e matérias produzidas pela assessoria de imprensa do sindicato. Por nos situarmos no campo teórico do marxismo, foi a partir dos conceitos produzidos por Marx e Gramsci que fundamentamos nossa análise das fontes. Tanto Marx quanto Gramsci se dedicaram em entender os processos de luta de classe e de lutas políticas na sociedade de sua época. Conceitos bem construídos, que ainda hoje servem para iluminar a luta dos trabalhadores contemporâneos.

Os jornais ajudaram a construir a conjuntura da greve e a repercussão da mesma. As Atas nos mostraram o posicionamento dos docentes envolvidos diretamente no conflito e as estratégias traçadas, transformadas em atividades de greve a fim de conquistarem seus objetivos, que são a negociação com o governo. Os ofícios nos ajudaram a traçar os caminhos

percorridos pelo sindicato e os órgãos a que o mesmo recorreu para mediar essa negociação. Também serviram para apresentar o posicionamento da reitoria da UESPI e do Governo do Estado do Piauí.

## **O Sindicalismo dos Anos 90 até o Governo Lula**

A década de 1980 foi marcada por lutas e conquistas do movimento sindical, mas ao chegar à década de 1990 esse movimento perde grande parte do seu poder de mobilização, devido ao governo do FHC que sempre foi voltado a uma agenda neoliberal e pouco social, a relação trabalhista passou a ser vista apenas como fonte de lucros, aumentando a exploração sobre o grupo de trabalhadores. Apresentamos o posicionamento de alguns autores sobre as principais características do movimento sindical nesse período.

Mattos (2009) parte de uma análise da relação da classe trabalhadora com o capital como época de grandes derrotas, com o recuo do sentimento de pertencimento a um coletivo e fragmentação nas relações de trabalho e no nível de consciência de classe. Antunes (2005) vê como um desmoronamento do sindicalismo vertical e uma intensificação do neocorporativismo, quando o sindicato passou a defender os interesses da categoria à qual o sindicato está vinculado, deixando à mercê do capital a grande massa de trabalhadores em situações precarizadas de relações de trabalho e vê ainda como uma acomodação social democrática.

Boito Jr. (1999) também identifica características neocorporativista no movimento, ao mesmo tempo em que identifica o período como de ofensiva da política neoliberal. Trópia (2009), analisando a atuação da Força Sindical nos anos 1990, época de implantação da política neoliberal, identifica a mesma como tolerável pelo governo e pelas empresas investidoras que veem sua atuação como desejável para os governos neoliberais, pois a mesma colaborou com o processo de desmonte da legislação trabalhista, ao propagar a ideologia neoliberal entre seus associados, agindo como “uma espécie de empresa, que investe e incentiva as relações mercantis entre os trabalhadores e sindicatos” (TRÓPIA, 2009, p. 30).

Bridi e Ferraz (2014), embora concordem com a crise de mobilização ocasionada pela perda de filiados, afirmam que a mesma ocorreu, principalmente, em setores que mais foram atingidos pelas medidas de mercantilização das relações trabalhistas. E estas eram as principais categorias que compunham a CUT e a Força Sindical, mas no setor dos servidores

públicos é possível ver uma ampla expansão do sindicalismo, sobretudo nos setores da educação e da saúde, favorecidos pela conquista do direito de sindicalização na Constituição de 1988.

Mas, nos dois mandatos (1995-2002), Fernando Henrique Cardoso conseguiu tomar medidas que prejudicaram os trabalhadores de forma geral, inclusive os funcionários públicos, com a desregulamentação de direitos sociais e a flexibilização das relações de trabalho. Nas universidades, passou a ter um controle rigoroso sobre a carga horária do professor, exigindo produção computada em números e fiscalizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Toda a relação trabalhista passou a ser pensada com vista a dar lucro, aumentando a exploração sobre o grupo de trabalhadores.

Para Bridi e Ferraz (2014, p. 91), não se pode analisar o poder do sindicato apenas pelo crescimento de filiados, nem muito menos pelo número de greves conduzidas por ele. O seu “[...] poder reside na disposição para a ação coletiva, o que implica a capacidade tanto de promovê-la, como evitá-la, em função de conjunturas específicas e de cálculos racionais sobre ganhos e perdas possíveis. [...]”. Muitas vezes, o sindicato percebe que pode conseguir o que deseja sem necessariamente chamar para uma greve, pois este é o ponto máximo da ruptura. Tal estratégia só é indicada pelo sindicato quando todas as outras possibilidades de negociação foram exploradas sem resultados favoráveis à categoria que o mesmo representa.

O que os autores concluem é que o sindicalismo da década de 1990 não tinha a mesma capacidade de mobilização dos anos de 1980, devido à própria conjuntura de desregulamentação de direitos, às dificuldades de negociação e ao baixo índice de sindicalização. Concordamos que eram tempos difíceis para as organizações sindicais. Novo contexto de regulamentação do trabalho se apresentava, bem como crescia o número dos trabalhadores desempregados exigindo dos sindicatos novas estratégias de lutas. Mas não podemos desconsiderar o papel desempenhado pela Força Sindical no interior do movimento amortecendo as lutas. No Piauí, o contexto é diferente é justamente nos finais dos anos 1990 e 2000 que vai haver um crescimento dos sindicatos do funcionalismo público, as greves dos docentes da UESPI, são dos anos 2000. E em 2003, o cenário estadual é marcado por uma série de greves do setor público estadual.

Após chegar ao poder, o governo Lula é marcado por um caráter contraditório que produziu um cenário complexo para o sindicalismo. Observa-se que este governo posicionou-se entre os compromissos históricos do seu núcleo *petista* e *sindicalista*, e os compromissos que construiu com sua base aliada, da qual empresários faziam parte. O governo fazia

malabarismos para atender o interesse das duas vertentes. Essa postura desencadeou em uma fragmentação do sindicalismo; porém, mesmo com essa fragmentação, ainda havia uma identificação do sindicato com o referido governo devido à sua origem sindical e à sua trajetória política.

Esses fatores podem ser compreendidos da seguinte forma: o primeiro descontentamento dos sindicatos se deu porque o Governo Lula deu continuidade à plataforma política do Governo FHC com uma série de reformas que visava diminuir direitos trabalhistas, como a reforma da Previdência. A reforma foi o estopim para o rompimento de alguns sindicatos com a CUT, porque esta Central e a Força Sindical assumiram uma posição de apoio e colaboracionismo com o Governo Lula, inclusive assumindo cargos na estrutura do Estado, como no Ministério do Trabalho e do Emprego

Esse processo desencadeou cisão e criação de novas organizações, como a Conlutas, em 2004, e a Intersindical, em 2006. O Governo Lula criou organismos para envolver o movimento sindical com seu plano de governo, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), nos quais os representantes sindicais tinham assento junto com outros representantes da sociedade civil, do empresariado e do governo. O objetivo era “[...] discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas [...]” (GALVÃO, 2012, p. 188).

As conclusões de Galvão (2012) sobre as posições políticas das centrais diante do Governo Lula foram de que (a) as centrais que apoiaram o governo de Lula - CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) - avaliam como positivo e se comportaram na linha do sindicalismo propositivo e (b) as que fizeram oposição ao governo e à posição adotada pela CUT diante do governo, como Conlutas e Intersindical,<sup>3</sup> criticam as políticas implementadas.

O trabalho de Galvão faz uma boa reflexão sobre o movimento sindical na era Lula, entretanto mostra um sindicalismo que se rendeu à ideologia do capital com poucas resistências. Na relação com o Estado, as maiores centrais se apresentaram como colaboradoras do governo no sentido de priorizarem a negociação com o mesmo e com a classe patronal, limitando-se a reivindicações viáveis, seguindo uma linha propositiva.

---

<sup>3</sup> A Intersindical foi formada a partir de algumas correntes de esquerda da CUT, congregadas na Frente de Esquerda Socialista (FES). A Intersindical não é uma central, pois os sindicatos que participam dessa experiência não se desfilaram da CUT. Ela se diferencia da Conlutas porque só organiza e mobiliza trabalhadores e sindicatos, enquanto a Conlutas tem na sua composição movimentos sociais e estudantes, além dos trabalhadores e sindicatos.

## **A greve de docentes e técnicos da UESPI em 2016**

No início dos anos 2000, a Associação de Docentes da UESPI passou a se organizar, e na luta por melhorias para a categoria a estratégia de greve foi arduamente utilizada, realizando greves em 2003, 2004, 2008, 2011, 2012 e 2016. O governo do PT (Partido dos Trabalhadores) iniciou em 2003 com a eleição de Wellington Dias como governador, e assim como no resto do país, o início da gestão do governo no Piauí foi marcado por diversos movimentos grevistas do funcionalismo público. Como W. Dias exerceu vários mandatos, em 2016 foi com ele que o sindicato teve que negociar. E, a exemplo do governo federal, estava implantando a Lei sobre o enquadramento de servidores estaduais que prejudicaria em muito os trabalhadores da UESPI.

A greve dos docentes da UESPI de 2016 foi uma das que durou mais de dois meses (66 dias) e apresentou várias pautas de reivindicações. Apresentou-se com um diferencial em relação às anteriores, que tinham sido decretadas exigindo reajuste salarial. Esta foi deflagrada contra a Lei 6.772/2016 que desrespeitava a Lei de progressão dos professores da UESPI. O contexto era de reformas no estado e o governo já vinha desrespeitando a Lei de progressão na UESPI, pois, quando a greve foi decretada, além de se exigir a retirada da UESPI da Lei 6.772/2016, se lutava pela implantação imediata das progressões, promoções e mudança de regime dos professores da UESPI, que não vinha sendo cumprido pelo governo do Estado do Piauí desde julho de 2015.

Ao nos depararmos sobre o estudo dessa greve, selecionamos um volume de material como: atas de assembleias, ofícios expedidos e recebidos pela ADCESP além de várias matérias de jornais. Fato que nos motivou a nos debruçarmos sobre essas fontes a fim de compreender o desenrolar desse movimento pardiستا em um contexto bastante conturbado e de criminalização do movimento sindical. Já estava virando praxe o governo decretar ilegalidade das greves e pedir corte de salários dos servidores como ocorreu na greve de 2011. Então, essas fontes nos ajudaram a entender o contexto da luta, bem como as estratégias utilizadas pelos grupos em conflitos: sindicato e governo.

As atas evidenciam a participação não somente do corpo docente, mas de alunos e de integrantes dos setores técnicos e administrativos da UESPI. Através das mesmas, realizou-se a análise das pautas de reivindicações, além das resoluções propostas pelo Governo do Estado, até a suspensão da paralisação da greve e retomada das atividades acadêmicas (no

intuito de acompanhar a implementação dos compromissos assumidos pelo estado, em junho de 2016).

Conceitos como o de Sociedade Civil se tornam a chave de interpretação da conjuntura brasileira. Esta, segundo Gramsci (2010), é formada por um conjunto privado de aparelhos de Hegemonia que vão desde as instâncias de associação voluntárias como o próprio Estado restrito. Para Mendonça (2013, p. 190):

Isso significa que, nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce em uma dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçado, a partir, do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia.

Ainda seguindo os aportes teóricos de Gramsci, que defende que os intelectuais devam se tornar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ou seja, ajudá-la na construção de alternativas de luta da classe para conquistarem espaços nas agências do Estado a fim de construir hegemonia em torno de seus projetos. São alguns desses conceitos que nortearam a análise das fontes e das estratégias utilizadas pelos intelectuais envolvidos no movimento paredista.

A greve geral de 2016 iniciou-se no dia 18 de abril quando todas as tentativas de negociação foram insatisfatórias. A ADCESP, cuja presidência pertencia à Professora Lina Santana, já vinha tentando um diálogo com a Secretaria de Administração do Estado, enviando ofícios e solicitando uma audiência com o Secretário Francisco José Alves, a fim de discutir a não implementação das promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho dos docentes.

No dia 02 de março, a Lei 6.772, que trata do enquadramento dos servidores estaduais do Piauí, (que acabaria com os Planos de Cargos, Carreiras e Salários da maioria dos servidores estaduais), foi sancionada pelo governador Wellington Dias. Segundo ADCESP (2016) em nota no seu blog, a aprovação da lei se deu sem nenhum diálogo com as categorias. A medida impediria a mudança de nível e progressão dos servidores, com isso os docentes e servidores da UESPI estariam oficialmente impossibilitados de fazer qualquer mudança de classe ou nível, em alguns casos, sujeitos à perda de cargos e funções.

No dia 11 de abril, é deflagrado o estado de greve em assembleia da categoria docente; no dia 12, a ADCESP comunica a decisão à Reitoria da Universidade Estadual do Piauí, onde são explicitados os motivos:

A deflagração do estado de greve é uma resposta de todos os servidores, professores e até mesmo alunos da UESPI à sanção da Lei 6.772/2016 que prevê mudanças no plano de cargos, carreiras e salários dos professores, tais como extinção dos cargos vagos, vedação à progressão, promoção e mudança de regime dos docentes dessa instituição. Para a categoria, essa involução do Estado acaba por “ferir de morte”, a instituição fadando-a reduzir, progressivamente, seu quadro de docentes e, pior, reduzir sua qualificação, vez que não é mais interesse do governo a qualificação de seus profissionais tal como o MEC exige. (ASSOCIAÇÃO..., 12 abril. 2016).

No final do ofício, o sindicato reforça que dia 18 haverá nova assembleia para decidir sobre a greve, é o tempo para saber se o acordado entre o reitor e os deputados João de Deus(PT) e Flora Isabel será cumprido: que é retirar a UESPI dos efeitos da Lei. Isso prova que haviam ocorrido reuniões de negociação entre a categoria e o governo. Como previsto, a assembleia ocorreu e a categoria avaliou que somente a retirada da UESPI dos efeitos da Lei não era garantia de que teriam o Plano de Cargos, Carreira e Salário-PCCS dos docentes respeitados, além disso, os técnicos administrativos não tinham plano de carreira aprovado e tinham demandas de auxílio alimentação e melhoria salarial. Os estudantes cobravam a regularização do pagamento das bolsas estudantis. Como os três seguimentos tinham demandas e disposição para a luta, a greve foi decretada por tempo indeterminado no dia 18 de abril em uma assembleia de docentes, técnicos e estudantes. O ofício emitido pela ADCESP direcionado ao Governo do Estado evidenciam as reivindicações dos grevistas:

A deflagração de greve geral é uma resposta de todos os servidores técnicos, docentes e até mesmo alunos da UESPI as seguintes questões: revogação da Lei 6.772/2016; Implantação imediata das promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho dos docentes; Implantação imediata das promoções, progressões dos técnicos administrativos; Plano de Cargo e Salários dos técnicos administrativos; Campanha Salarial 2016; Autonomia financeira da UESPI; Concursos para docentes e Técnicos; Pagamento imediato de todas as bolsas dos estudantes da UESPI. (ASSOCIAÇÃO..., 18 abril. 2016).

Ofícios com o mesmo teor foram enviados para a reitoria, diretores de Campus e coordenadores de cursos, todos foram informados do início do movimento paredista e das pautas. Para a reitoria, foi enviado mais outro ofício reforçando que as pautas tinham se

ampliado e que não bastava o governo retirar a UESPI da Lei, agora queriam negociar os outros pontos elencados e anunciados para governo. E, no dia 23 de abril, em matéria do *Jornal o Dia*, o governador se manifesta determinando o corte do ponto dos grevistas:

“Greve na UESPI não há razão. Se faça o procedimento, falta é falta, cortar dia parado. Tinha uma situação que minha equipe reconheceu como erro, havia necessidade de se garantir que não houvesse problema no sistema de promoção para a UESPI e esse erro foi reconhecido. Brincar de greve é o pior que pode acontecer nesse momento”, diz governador. (WELLINGTON..., 2016, p. 2).

O governador diz reconhecer o erro cometido ao encaminhar à Assembleia Legislativa do Piauí um projeto de lei inserindo professores e servidores da instituição de ensino na lei do enquadramento, e uma vez que a UESPI estava retirada da lei, não haveria motivos para greve, ignorando as demais demandas de melhorias estruturais, melhores condições de trabalho, implantação das progressões e promoções dos docentes, melhoria salarial dos técnicos, pagamento das bolsas estudantis, assistência estudantil. Ao mesmo tempo, reforça na sua afirmação a desvalorização do movimento ao caracterizar a greve dos funcionários da UESPI como brincadeira. Essa é uma estratégia muito utilizada por governantes para reverter a situação ao seu favor, assim passava para a sociedade que estava dialogando e negociando com a categoria e que esta era intransigente, pois, mesmo tendo a pauta atendida, não encerrava o movimento.

Não só o Campus de Teresina, mas também os de Picos, Oeiras, Parnaíba e Piripiri aderiram à greve geral: o calendário das ações diárias do movimento grevista em cada campus foi divulgado no blog da ADCESP. Os dias que se seguiram à greve foram marcados por muitas lutas e reuniões que objetivaram discutir o caminho da greve. Houve bastante mobilização dos estudantes, técnicos e docentes dos diferentes campi do estado, Picos e Teresina faziam protestos simultâneos por meio de fechamentos de ruas e faixas de trânsitos, como noticiados no *Jornal O Dia* (TÉCNICOS..., 2016, p.2), nessas mobilizações havia também aulas públicas simbólicas, para mostrar para a sociedade em geral os problemas que a instituição vinha enfrentando.

Pelas matérias noticiadas no *Jornal O Dia*, dá para se ter uma visão geral da greve com uma série de atividades: duas audiências com o secretário de administração, buscando negociar; audiência no Ministério Público, denunciando a situação de precariedade da UESPI pela falta de professor e exigindo providências no sentido de aprovação de concurso Público para compor os núcleos Estruturantes dos Cursos da UESPI sob pena de esses cursos não

serem reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação e serem extintos; manifestação de rua com ocupação do Palácio do Karnak no dia 06 de maio, tentando forçar uma negociação com o governo; acompanhamento de audiência na ALEPI, seguida de ocupação daquela casa no dia 19 de maio; campanhas pelas redes sociais, denunciando as mazelas da UESPI. No dia 17 de maio, a hashtag #SOSUESPI foi uma das mais comentadas no twitter, dando reconhecimento nacional aos problemas da UESPI. Prova que os grevistas tinham muita disposição para a luta, utilizavam-se de várias estratégias e foram criativos, buscando forçar uma negociação. O feito chegou a ser inclusive noticiado nos jornais de circulação estadual. (#SOSUESPI...,2016, p. 1)

Após 44 dias de paralisação, em uma assembleia ocorrida no primeiro de junho entre professores e técnicos administrativos, estes últimos decidem pelo encerramento da greve, enquanto os docentes decidem mantê-la - com exceção do campus de Floriano, que decide pelo retorno das aulas. (PROFESSORES DA UESPI...,2016, p.1). A categoria técnico-administrativa conquistou com o movimento paredista o reajuste salarial dos servidores que ganhavam menos do que um salário mínimo, assim como a promessa de receber o valor referente ao enquadramento em única parcela no mês de junho e aprovação do Plano de Carreira da categoria.

A decisão dos professores pela continuação do movimento se deu pelo fato de que a resposta do governo às pautas de reivindicações não foi completamente satisfatória, dentre as oito pautas estabelecidas, duas não possuíram abertura para negociação (Campanha Salarial 2016 e Autonomia Financeira da UESPI). Apesar de haver uma sinalização para o atendimento parcial/total das outras seis pautas, o governo não apresentou um Termo de Compromisso garantindo o cumprimento do proposto. A proposta governamental não foi vista com bons olhos e a greve seguiu seu curso. O governador então decide pedir a ilegalidade do movimento paredista.

A greve foi declarada ilegal em 20 de junho, e dia 23 de junho em assembleia geral foi decidida pela suspensão da greve. Via blog, a ADCESP declarou no mesmo dia:

Durante a Assembleia, a categoria debateu sobre o descaso do governo, que além de deslegitimar a luta docente, ignora pautas importantes para a qualidade do exercício da profissão dentro da universidade. Não houve negociação de pautas específicas dos professores, como o reajuste salarial anual da categoria (há três anos o salário dos professores da UESPI não passou por nenhum reajuste) e o pagamento total dos retroativos, promoções, progressões e mudanças de nível, descumpridos pelo governo do Estado desde agosto de 2015. No entanto, o movimento docente também avalia a greve como positiva e histórica. As conquistas que foram trazidas nesses 66

dias de mobilização, através de manifestações de rua e ocupações na Assembleia Legislativa, no Palácio de Karnak e nas Câmaras Municipais, impulsionadas pela força do movimento estudantil e de uma categoria unificada também com técnicos administrativos; fazem dessa greve uma das mais efetivas, educativas e construtivas da história da UESPI. (PROFESSORES..., 23 jun. 2016).

Com a greve de 2016, foram conquistados a retirada da UESPI da Lei 6.772/2016, atualização do pagamento das bolsas de Estudantes, cuja proposta é que o pagamento seja realizado até o décimo dia útil do mês subsequente e que o quantitativo total seja ampliado de 800 para 1000 bolsas; o compromisso de normalizar os pagamentos atrasados; implantação das progressões e promoções dos técnicos administrativos em junho de 2016; destinação de 25 milhões para investimentos de equipamentos e infraestrutura básica na UESPI. Como noticiado em julho e em setembro no blog da ADCESP, houve sim a atualização de promoções, progressões e mudanças de regime.

Ao observar o quadro geral do movimento pelos documentos analisados acima citados, evidencia-se a mobilização e a adesão da maioria do corpo docente. A greve foi profundamente documentada, não só em atas e ofícios, mas também pelo blog da ADCESP, que se assegurou de postar atualizações constantes e registros de todos os atos e manifestações. O blog também foi responsável por evidenciar cada conquista e resposta do governo.

### **Considerações Finais**

Dispondo da documentação e publicações da ADCESP (bem como de jornais de circulação estadual), a compreensão do desenrolar desse movimento paredista e o entendimento dos motivos que o culminaram foram possíveis; além da posição dos envolvidos, da reitoria e a resposta do governo. Conforme relatado, a greve é considerada histórica e uma das mais efetivas, educativas e construtivas na história da UESPI, sendo a principal conquista a união acadêmica e a constatação da importância da instituição.

A Greve de 2016 foi construída no ano em que a UESPI completou seus 30 anos, e, observando-se a história da instituição, percebe-se o quanto foi conquistado desde sua criação, e é principalmente através dos movimentos paredistas que a universidade pôde evoluir e se manter viva.

O movimento paredista foi a estratégia mais eficaz para chamar atenção do governo às reivindicações do magistério, que sempre eram ignoradas quando a classe tentava negociar acordos sem ir direto ao ataque. Dentre as principais pautas de cada movimento, sempre se nota a questão financeira, ou seja, reajuste salarial e melhores condições de infraestrutura e trabalho.

O movimento grevista foi ganhando cada vez mais força com o apoio de estudantes e servidores técnicos, que nas últimas greves se tornaram indispensáveis para o sucesso e conquistas alcançadas. Foram graças a esses movimentos na primeira década de 2000 que a UESPI ganhou melhores condições de estrutura, ensino e benefícios aos estudantes, porém muitas pautas seguem ainda intocadas e ainda é necessária muita luta para se conquistar a UESPI que professores, estudantes e servidores merecem.

Muito já foi conquistado, porém a luta do corpo universitário está longe de terminar. Se nos atentarmos ao momento presente no qual este artigo é construído, muito do que foi conquistado ainda está em risco por conta do descaso do governo estadual para com a instituição. O momento aqui estudado pode ser considerado também um ponto de virada no sentido de unir todos os setores da instituição, servindo de modelo para os movimentos paredistas que vierem a seguir. Consideramos urgente preparar a classe trabalhadora e as pessoas envolvidas com os movimentos sociais para entender o novo contexto, revendo estratégias de lutas e construindo outras mais atuais. Esperamos que a experiência da ADCESP sirva de motivação para outros movimentos que virão em defesa da universidade pública, de qualidade e inclusiva.

## Referências

### Bibliografia:

- ASSUNÇÃO, Rosângela. **Sindicalismo e memória da vivência docente superior no estado do Piauí**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2017. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1911.pdf>
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

- BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo na era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 87-114.
- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: GALVÃO, Andréia; BOITO JR., Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 187-221.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009a.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Sociedade civil em Gramsci; venturas e desventuras de um conceito. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). **Sociedade civil**: Ensaios Históricos Jundiá, Paco Editorial: 2013. p.15-27.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força sindical**: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

## Fontes

- PROFESSORES deliberam em Assembleia Geral pela suspensão da Greve**. Blog ADCESP Piauí, 23, jun. 2016. Disponível em: <<http://adcesp.blogspot.com/2016/06/professores-deliberam-em-assembleia.html>> Acesso em: 21 de dezembro de 2018.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral ordinária** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 18 de abril de 2016. (Arquivo da ADCESP).
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral ordinária** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 23 de junho de 2016. (Arquivo da ADCESP).
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 22, de 12 de abril de 2016, do vice- presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Josinaldo Oliveira dos Santos ao reitor da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Nougá Cardoso Batista. (ARQUIVO da ADCESP).
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 27, de 18 de abril de 2016, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Maria Santana Fernandes ao Governador do Estado do Piauí Wellington Dias. (ARQUIVO da ADCESP).
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 054, de 23 de junho de 2016, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Maria Santana Fernandes ao reitor da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Nougá Cardoso Batista. (ARQUIVO da ADCESP).
- BLOG DA ADCESP. Disponível em: <<http://adcesp.blogspot.com/>> Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

EM BUSCA DE MELHORIAS, estudantes da UESPI invadem Palácio de Karnak durante protesto. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.405. 06 Maio, 2016. Últimas, p. 5

DOCENTES e técnicos recusam proposta do Governo e greve na UESPI é mantida. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.419. 19 Maio, 2016. Política, p. 2

PROFESSORES e técnicos da UESPI decidem por greve. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.388. 19 Abr., 2016. Política, p. 2

GREVE é suspensa e professores retomam aulas. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.455. 24 Jun., 2016. Em dia, p.3.

PROFESSORES da UESPI mantêm greve, mas técnicos voltam ao trabalho. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.433. 02 Jun., 2016. Em dia, p.1

WELLINGTON determina corte no ponto dos professores. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.392. 23 Abr., 2016. Política, p. 2

TÉCNICOS e docentes da UESPI fazem protestos simultâneos em Picos e Teresina. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.396. 27 Abr., 2016. Política, p. 2

#SOSUESPI é a hashtag mais tuitada. **O DIA**, Piauí, Ano 65, n. 18.408. 18 Maio, 2016. Em dia, p.1

*Recebido em 10 de outubro de 2019*  
*Aprovado em 05 de maio de 2020*